

2 **Melhores condições de trabalho para cabeleireiros graças ao CCT do ramo**

3 **Ataque no Parlamento aos sem-papéis: importante garantir os direitos destes imigrantes**

4 **Visita do Secretário de Estado das Comunidades portuguesas à Suíça: Diálogos com a comunidade e encontro com o Unia**

Nr. 2 | Março 2018 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch



Os trabalhadores da indústria entregaram uma petição contra o agravamento das condições laborais

Moções parlamentares nocivas para a saúde

Não ao agravamento das condições de trabalho

Os trabalhadores estão neste momento sujeitos à ameaça de uma grande deterioração das condições de trabalho. Em muitos ramos, como o dos transportes e logística, a pressão e o stress já fazem parte do dia-a-dia. Apesar disso, no Parlamento discutem-se diferentes moções, apresentadas pelos partidos da direita, que atacam a lei do trabalho.

No Parlamento estão actualmente em discussão várias moções dos partidos da direita relativas ao direito do trabalho. Com estas moções, os partidos de direita querem acabar, na prática, com o registo das horas e desregular os horários de trabalho, assim enfraquecendo a lei laboral. Isto significa um ataque à protecção à saúde dos trabalhadores e à separação clara entre trabalho e tempo livre.

O que pretendem essas moções?

Se as moções de Karin Keller-Sutter e Konrad Graber forem aprovadas, medidas fundamentais de protecção da saúde, como horas máximas de trabalho, pausas e tempos de descanso, proibição de trabalho à noite e ao domingo, serão contornadas. As fronteiras entre tempo de trabalho e tempos livres serão dissolvidas, isto é, a disponibilidade temporal para descanso e para os tempos livres será reduzida. A consequência disto é que seria ainda mais di-

ficil conciliar trabalho e família. Pessoas com compromissos familiares teriam mais problemas ou não poderiam assumir alguns trabalhos.

O ramo de logística e transportes como laboratório da precariedade

Já existem ramos nos quais a lei de trabalho até hoje só raramente é cumprida na sua totalidade. Assim, quase não há empresas de transportes que registem e paguem todas as horas de trabalho. Faltam medidas de controle abrangentes e bons contratos colectivos de trabalho. Por isso, o ramo necessita de sindicatos fortes.

Estes têm de lutar sobretudo pelo aumento dos salários, que estão estagnados há anos, apesar de os negócios decorrerem bem no ramo. De todos os ramos de trabalho na Suíça, o de logística e transportes é aquele que nos últimos dez anos teve o pior desenvolvimento salarial. Isto só melhorará se con-

seguirmos impedir o ataque de plataformas e partidos da direita às relações laborais normais. Porque se os trabalhadores trabalharem, como falsos trabalhadores independentes, para empresas que funcionem com modelos tipo Uber, então o registo das horas de trabalho deixará de ser possível. O ramo de logística e transportes, incluindo o transporte comercial de passageiros e o transporte de mercadorias pela estrada, constitui um laboratório para a nova exploração sob a capa da digitalização.

Trabalhadores lutam contra o ataque à lei do trabalho

O exemplo do ramo de logística e transportes mostra como a protecção das condições de trabalho é fundamental e ainda mais premente à medida que a digitalização do trabalho avança. Por isso, trabalhadores de diferentes ramos lutam contra as moções de ataque às condições laborais. Em 2017, trabalhadores da indús-

tria entregaram uma petição ao Parlamento. Agora foi a vez de os trabalhadores do ramo de serviços entregarem 1280 postais de protesto. Nestes, eles exigem que os parlamentares recusem estas moções por serem prejudiciais à saúde. Além disso, expressam a sua grande preocupação sobre as tentativas que estão a decorrer de, sob o pretexto da digitalização, enfraquecer a lei do trabalho.

Protecção das condições de trabalho

A deterioração da lei do trabalho só é favorável aos empregadores. O Parlamento tem de assegurar que existam, em todos os sectores, condições de trabalho humanas. E isto é ainda mais importante com o avanço da digitalização do trabalho. A protecção das condições de trabalho é importante para os trabalhadores, as suas famílias e, por consequência, para toda a sociedade.

Marília Mendes e Roman Künzler

Editorial



Estimadas leitoras, e estimados leitores

A Suíça é rica. Mas a riqueza está repartida de forma desigual. A relação entre o salário mais alto e o mais baixo nas grandes empresas suíças foi, em 2016, de 1:165. Sérgio Ermotti, CEO da UBS, ganhou nesse ano 13,2 milhões. Agora as empresas publicarão os seus relatórios anuais. Ouviremos quase diariamente que o volume de negócios e os lucros voltaram a aumentar. Estas grandes empresas estão na origem da distribuição desigual dos rendimentos. Tomemos a Nestlé como exemplo. A nível mundial, o grupo realizou um volume de negócios de quase 90 mil milhões de francos suíços. Destes, pagou mais de 10 mil milhões aos accionistas. E pagou um total de 16 mil milhões de francos em salários aos seus 323 mil empregados. Quem ganhou o dinheiro da Nestlé foram os empregados com o seu trabalho. Não foram os accionistas que «puseram o dinheiro a trabalhar», como diz o ditado. No ano passado, cada empregado trabalhou 32 semanas para o seu salário e 20 semanas para os accionistas.

Agora, os representantes do sector empresarial também atacam o tempo de trabalho. Gostam de falar dos grandes «desafios» da digitalização e exigem que os empregados trabalhem de forma ainda mais flexível, com horários de trabalho prolongados e total disponibilidade para trabalhar em casa online. O Unia opõe-se a tal afronta. Graças ao empenho dos sindicatos, os salários baixos têm subido nos últimos anos. Muitos contratos colectivos de trabalho têm salários de, pelo menos, 4000 francos. E nos cantões de Neuchâtel e Jura passaram a vigorar salários mínimos cantonais de cerca de 20 francos à hora. Isso torna a Suíça um pouco mais justa. Por detrás de tudo isto está um trabalho sindical empenhado.

Beat Baumann

Notícias breves

A mesma protecção para os cuidadores em casas particulares!

O projecto do Conselho Federal para um contrato-tipo de trabalho (CTT) para a prestação de cuidados e assistência durante 24 horas é absolutamente insuficiente. Os trabalhadores deste ramo devem estar subordinados à Lei do Trabalho! Regra geral, a prestação de cuidados e assistência durante 24 horas é feita por mulheres. Se lhes forem negadas condições de trabalho correctas e claramente definidas, isto equivale, uma vez mais, a discriminação baseada no género. Além disso, essas mulheres são muitas vezes migrantes. A protecção baseada unicamente nos CTT cantonais também é incompatível com as obrigações internacionais da Suíça (Convenção 189 da OIT sobre Trabalho Decente para Trabalhadores Domésticos).



A Caixa de Desemprego do Unia disponibiliza um novo serviço por SMS

A Caixa de Desemprego do sindicato Unia (ALK) é a primeira no país a introduzir um serviço de informação gratuito por SMS aos segurados. Estes serão imediatamente informados quando recebem o subsídio de desemprego. Isto também se aplica à transferência de pequenos montantes, por exemplo, se a caixa de desemprego reembolsa despesas para a frequência de um curso ou se uma parte do subsídio diário for pago. Desta forma, os segurados têm sempre uma visão geral dos pagamentos recebidos e sabem exactamente quando têm o subsídio de desemprego à disposição.



«Quem se importa, quem se preocupa?»

A Conferência de 2018 abordou o tema do trabalho no ramo de cuidados e assistência. Cerca de 100 delegados do Unia, associados e secretários discutiram os aspectos da política sindical do trabalho de prestação de cuidados entre a responsabilidade individual e social. Nas suas intervenções, vários delegados do Unia apresentaram relatos impressionantes sobre conflitos laborais bem-sucedidos em lares de idosos, como na Fundação Nathalie ou no lar de idosos «Notre Dame», em Genebra, e sobre o estado dos debates políticos em relação ao assunto.

Delegação do Unia no fórum social mundial no Brasil

Uma delegação do Unia participou no 14º fórum social mundial, que teve lugar em Salvador da Bahia, no Brasil. O objetivo da participação da delegação foi fortalecer os contactos internacionais, sobretudo com sindicatos do Brasil e da América Latina, além de contribuir para o fortalecimento de movimentos sociais. Participaram no fórum, que tinha como moto «Resistir é criar, resistir é transformar», cerca de 60 000 pessoas de países da América Latina, América do Norte, Europa e África. Em mais de 1000 ateliers, os participantes discutiram temas fundamentais para o futuro do mundo, tais como: a luta contra a exploração dos trabalhadores, a luta contra a discriminação e a violência para com as mulheres, a democratização da economia, os direitos e as redes dos migrantes, a responsabilidade social das multinacionais, etc. Antes do fórum, a delegação do Unia reuniu-se com representantes de sindicatos brasileiros. Vai agora empenhar-se numa mais estreita ligação a estes sindicatos.

8 de Março: dia Internacional da Mulher Basta! Acções para o dia da mulher

O Dia Internacional da Mulher 2018 foi mais uma vez assinalado pela igualdade salarial. Em toda a Suíça, milhares de mulheres protestaram contra o desrespeito dos seus direitos consagrados na Constituição federal. O Unia apresentou no cantão do Jura uma iniciativa cantonal para a igualdade salarial.

Em Berna, mais de 1000 mulheres e homens solidários exigiram a implementação da igualdade salarial, com uma mensagem inequívoca: «Basta. Perdemos a paciência e não esperamos mais!» Houve mais manifestações em Bellinzona, Genebra e Aarau.

Implementar o que consta na Constituição

Corinne Schärer, da direcção do Unia salientou em Berna: «A igualdade salarial é um mandato constitucional, não um presente para as mulheres! É um descaçamento que as mulheres continuam a ser enganadas há décadas. Não vamos esperar 60 anos, como aconteceu com o seguro de maternidade!»

O trabalho das mulheres tem mais valor

O trabalho das mulheres não só é mal pago, como muitas vezes não é suficientemente reconhecido. Por esta razão, as activistas do Unia realizaram também acções sindicais nas empresas. Distribuíram chocolates e deixaram uma mensagem clara: «As mulheres merecem mais do que apenas doces: é preciso que o seu trabalho seja reconhecido!»

Entrega de uma iniciativa cantonal

Em Delémont, o Unia apresentou uma iniciativa cantonal para a igualdade salarial. Esta exige ao Parlamento do cantão Jura que tome medidas concretas para implementar a igualdade de salário a nível cantonal. O assunto é urgente: a iniciativa foi assinada por cerca de 4000 pessoas e não só pelas 2000 necessárias.

O Dia Internacional da Mulher é celebrado em todo o mundo por organizações de mulheres a 8 de Março de 2018. Foi criado durante a Primeira Guerra Mundial em consequência da luta pela igualdade de direitos e pelo direito de voto feminino. Na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, celebrada em Copenhaga, a 27 de Agosto de 1910, a socialista alemã Clara Zetkin propôs a introdução de um Dia Internacional da Mulher contra a vontade dos seus colegas de partido masculinos. Nos EUA, as mulheres do Partido Socialista Americano fundaram em 1908 um Comité Nacional de Mulheres, que decidiu iniciar uma jornada de luta nacional especial para o direito de voto das mulheres. O primeiro Dia da Mulher foi então comemorado a 19 de Março de 1911 na Dinamarca, Alemanha, Áustria-Hungria e Suíça. Desde 1921, o Dia Internacional da Mulher comemora-se a 8 de Março (adaptado de www.kleiner-kalender.de).

Igualdade salarial, ponto final!

Há 37 anos na Constituição federal, há 22 anos na Lei relativa à igualdade entre homens e mulheres – e até agora não implementada. Em vez de corrigir esta violação da constituição, os políticos e empregadores burgueses espezinham os direitos das mulheres: o Parlamento

usa táticas dilatórias; Os empregadores recusam-se a controlar os salários.

O sindicato Unia exige ao Parlamento disposições vinculativas, de modo a que todas as empresas tenham de controlar regularmente os salários, bem como multas elevadas para as empresas incumpridoras.



Acção por ocasião do Dia Internacional da Mulher

Ramo dos cabeleireiros Novo CCT do ramo de cabeleireiros

Unia, Syna e CoiffureSUISSE congratulam-se por o Conselho Federal ter declarado o novo contrato colectivo de trabalho (CCT) do ramo de cabeleireiros de força obrigatória. O CCT prevê melhorias significativas nos salários e no trabalho independente fictício.

O novo CCT do ramo de cabeleireiros suíço entra em vigor no dia 1.3.2018 e terá declaração de força obrigatória. Os sindicatos Unia e Syna, bem como a CoiffureSUISSE (associação de cabeleireiros suíços) congratulam-se com esta decisão que beneficia 4279 salões de cabeleireiro com 10 900 empregados/as.

Melhorias salariais

O acordo celebrado em 2017 pelos parceiros sociais prevê, em particular, a introdução de um novo sistema de pagamento que valoriza a experiência profissional. O salário mínimo para cabeleireiros com EFZ (diploma federal) será de pelo menos 4000 francos, a partir do quinto ano,

após a formação e com EBA (atestado federal) de pelo menos 3900. Para profissionais sem formação reconhecida, o CTT prevê um salário mínimo de 3800 francos a partir do 5.º ano de trabalho, após a formação, bem como um suplemento salarial de 200 francos para empregados que formam aprendizes.



Outros progressos

Para os parceiros sociais, o CCT do ramo de cabeleireiros representa sem dúvida um progresso. O acordo também inclui melhorias nas condições de trabalho para mulheres e famílias. Os parceiros sociais definiram instrumentos para combater o trabalho independente fictício e o pseudoestágio. Também tomaram medidas para reforçar a actividade de controlo, especialmente no Ticino. Agora, todos esperamos que este novo CCT nos permita tomar medidas mais eficazes contra o dumping salarial.

Imigrantes sem autorização de estadia Unia condena ataque aos «sem-papéis»

A Comissão da Segurança Social e da Saúde Pública do Conselho Nacional quer com uma moção agravar a discriminação contra os imigrantes ilegais. O Unia condena este ataque desnecessário aos «sem-papéis» e exige do Parlamento que rejeite categoricamente esta moção.

A comissão do Conselho Nacional aprovou por 17 votos e 8 contra uma moção que irá discriminar os imigrantes ilegais. De acordo com a proposta, os «sem-papéis» deverão ser completamente excluídos da segurança social. Os empregadores e os senhorios deverão ser severamente punidos se contratarem imigrantes sem-papéis ou lhes alugarem apartamentos. Além disso, os filhos que frequentam a escola deverão ser denunciados às autoridades estatais competentes.

Discriminação não é solução

Uma discriminação mais severa que marginaliza as pessoas não contribui de modo algum para resolver a situação dos imigrantes sem autorização de estadia. Em vez disso, conduzirá ao agravamento da sua situação sem lhes dar uma

perspectiva digna. E as crianças sofrerão as consequências, porque, se forem denunciadas, muitas deixarão de frequentar a escola. Isto é contra a Convenção Internacional sobre os direitos das crianças.

Genebra tem uma solução melhor

Os esforços de integração positiva, como o projecto «Papyrus» do cantão de Genebra, mostram claramente o caminho a seguir. Estes imigrantes prestam uma importante contribuição ao país. A sua integração é possível e urgente no quadro legal existente. O Unia exige ao Parlamento que rejeite na sessão de Verão esta moção discriminatória e contraproducente.

Zoltan Doka



Manifestação de sem-papéis, porque no mundo «ninguém é ilegal»

Votação de 4 de Março Compromisso claro com o serviço público!

A 4 de Março de 2018, uma grande maioria da população suíça votou contra a iniciativa «No Billag» e pronunciou-se a favor da continuação da existência da SRG/ SSR (sociedade suíça de radiodifusão e televisão), bem como de muitas outras estações de rádio e televisão locais e regionais. Deste modo, os cidadãos suíços mostraram que apoiam a diversidade de meios de comunicação independentes e de alta qualidade. Esta foi uma importante decisão para a coesão nacional e preservação da diversidade cultural e linguística.

O resultado da votação também mostra a importância que a população atribui à defesa e ao respeito das minorias linguísticas no nosso país. A abolição da taxa de concessão teria levado ao encerramento de várias estações de rádio e televisão francesas, romanches ou italianas – todas dependentes do financiamento da taxa Billag.

A USS congratula-se com o resultado

Os sindicatos ficaram satisfeitos e aliviados por a rejeição da devastadora iniciativa «No-Billag» ter sido tão clara, com mais de 70% de votos contra. Foram salvaguardados milhares de empregos e, por conseguinte, a subsistência de milhares de trabalhadores. Com esta votação, a SRG/SSR e as estações de radiodifusão privadas, financiadas com as taxas, receberam um mandato claro: têm de prestar mais serviço público e no futuro destacarem-se mais claramente

das estações de radiodifusão puramente comerciais. E têm de disponibilizar condições de trabalho que permitam o bom jornalismo.

Renovação do regime financeiro do governo federal

Um claro compromisso com os serviços públicos foi também o claro sim ao regulamento financeiro. A população quer que o governo federal ofereça um bom serviço público e está disposta a pagar por isso. O que demonstra que já seria tempo de que os impostos federais directos serem definitivamente integrados na Constituição Federal. Para que o governo nacional possa continuar a executar as suas tarefas públicas.

Osman Osmani



Entrevista

Giuliana Lamberti



Apoiar pais para fortalecer os filhos

Quem está por trás da associação «Starke Eltern – Starke Jugend»/S.E.S.J. («Pais fortes – Jovens fortes»)?

A associação S.E.S.J. foi criada em 2015. Eu sou a responsável pelo aconselhamento. Osman Osmani e Marília Mendes, do sindicato UNIA, e Alex Wick, proprietário de diversas empresas pequenas, constituem a direcção.

O que faz a associação?

Aconselhamos e acompanhamos pais de jovens que se encontrem entre a escola e a vida profissional. Informamo-los sobre as ofertas existentes para que possam acompanhar os seus filhos antes e durante o período de formação profissional. Informamos onde obter ajuda em caso de dificuldades e a quem se dirigir para outras questões e preocupações. Os pais ficam a saber como acompanhar com sucesso os seus filhos nesta importante fase de transição e a conhecer os serviços especializados competentes. Organizamos também eventos informativos para prestarmos informações mais gerais.

A quem se dirige a oferta da associação?

O nosso principal público-alvo são pais cujos filhos não conseguem um posto de aprendizagem, têm problemas na escola secundária ou procuram uma solução após a escolaridade obrigatória. Mas estamos abertos a outros pais de adolescentes, bem como a pessoas de referência destes e aos próprios jovens. Estamos, além disso, disponíveis para prestar informações e apoiar associações de migrantes, centros de aconselhamento, escolas e empresas.

E quanto custa este aconselhamento?

Este aconselhamento é pessoal e telefónico e totalmente gratuito. Evidentemente, como em qualquer associação deste tipo, as consultas são tratadas com o máximo sigilo.

Como surgiu a associação?

Em 2012, a Comissão de Migração do Unia escolheu o tema «Como podem os pais imigrantes apoiar as crianças e os adolescentes na escola e na vida profissional». Osman Osmani e Marília Mendes, do Unia, e eu verificámos que muitos jovens têm problemas no momento de entrarem na formação profissional, muitas vezes por falta de apoio e aconselhamento dos pais. Mas muitos pais migrantes não conhecem suficientemente o sistema escolar suíço para poderem apoiar os filhos. Foi para preencher esta lacuna que criámos o S.E.S.J. Pretendemos aumentar as probabilidades de os jovens terem um começo bem-sucedido na sua carreira profissional.

Segundo um estudo, os jovens migrantes têm uma grande reserva de talentos. Não são de modo algum inferiores aos melhores aprendizes suíços, desde que recebam o apoio necessário da família. Também queremos sensibilizar a opinião pública para este tema.

Como é que querem alcançar estes objectivos?

Conseguindo envolver e apoiar o maior número possível de pais. É por isso que queremos divulgar a oferta para que os pais possam ter conhecimento do nosso serviço gratuito. É importante a divulgação através dos meios de comunicação e que os políticos apoiem os pais.

Como é financiada a associação e as suas actividades?

Actualmente, a associação é financiada por três fundações privadas e pelo Departamento Social do município de Zurique.

Como se pode contactar o S.E.S.J.?

Basta telefonar. Marcamos consultas a curto prazo. Estas, como disse, são gratuitas. Se os pais não falam alemão, organizamos intérpretes. Telefone: 044 242 27 27, e-mail info@sesj.ch ou Facebook. A nossa página web é: www.sesj.ch.

Emine Sariaslan

Pergunte, que nós respondemos

Trabalho ao domingo: tenho direito a suplemento salarial?

Uma vez por mês trabalho ao domingo e não recebo nenhum pagamento suplementar. Uma conhecida, que normalmente trabalha de segunda a sexta-feira, trabalhou, excepcionalmente, dois domingos em Dezembro e recebeu 50% de suplemento salarial. Gostaria de saber se posso pedir ao meu chefe para me pagar mais pelo trabalho ao domingo.

Mirjam Brunner: Infelizmente não. A lei faz a distinção entre «trabalho esporádico ao domingo» e «trabalho constante ou regular ao domingo». A lei só prevê um suplemento salarial de 50% para «trabalho esporádico ao domingo». Uma vez que trabalha mais de seis domingos por ano, o seu caso é o de «trabalho constante ou regular ao domingo». Quem está nesta situação não tem direito a um suplemento salarial. Se no seu contrato de trabalho individual ou contrato colectivo de trabalho não constar nada em contrário, não tem direito ao suplemento salarial. Mas é evidente que, se trabalhar ao domingo, tem direito a um dia de descanso.

work, 2.2.2018



Período de descanso: 9 horas em casa são suficientes?

Ontem tive de trabalhar até às 20 horas. Uma vez que o tempo de deslocação é de uma hora, só cheguei a casa às 21 horas. Esta manhã tive que sair de casa às 6 horas, porque o meu turno começou às sete horas. O meu chefe pode exigir que regresse ao trabalho tão cedo, embora tenha chegado tarde a casa na noite anterior?

Mirjam Brunner: Sim. No seu caso, o período de descanso legal é respeitado. Entre dois dias úteis, deve ter pelo menos 11 horas consecutivas de descanso. Uma vez por semana, o período de descanso pode ser reduzido até 8 horas, se o período médio de descanso durante duas semanas for, pelo menos, de 11 horas. O tempo de deslocação do trabalho para casa não é relevante. Se sair da empresa às 20 horas, pode voltar a trabalhar 11 horas depois. O período de descanso diário destina-se à alimentação e ao repouso. A disposição legal de 11 horas de descanso é, portanto, bastante curta. Se o período de descanso for excepcionalmente reduzido para 8 horas, o tempo entre as horas de prestação de trabalho mal chegam para comer e dormir. Por conseguinte, isso é permitido, no máximo, uma vez por semana. As 11 ou 8 horas são períodos mínimos de repouso, que não devem ser reduzidos em circunstância alguma. É importante que tenha essas horas de descanso seguidas. Só assim é possível um repouso adequado.

work, 2.2.2018

Representantes do governo português na Suíça Diálogos com a comunidade portuguesa

Nos dias 15 a 17 de Fevereiro 2018, a comunidade portuguesa teve a oportunidade de falar directamente com vários membros do governo português sobre os problemas que considera mais prementes. Isto graças a uma iniciativa inédita do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), Dr. José Luís Carneiro, que se deslocou à Suíça, com outros membros do governo português, para estabelecer «Diálogos com a Comunidade».



Nestes diálogos, o SECP foi acompanhado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. António Mendonça Mendes; pelo Presidente do Camões, Embaixador Luís Faro Ramos; pelo Director-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Embaixador Júlio Vilela, e pela Adjunta da Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Elsa Castro. Esta delegação governamental reuniu-se com a comunidade em Lausanne, Berna e Zurique.

Preocupações com questões fiscais

Muitos participantes destes diálogos deram voz a uma grande inquietude relativamente aos impostos, em especial à elevada tributação sobre as pensões de reforma quando regressam a Portugal. O Secretário de Estado de Assuntos Fiscais explicou em detalhe que o princípio tributário é igual para todos. Ou seja, os escalões de tributação são aplicados de forma igual a todos os contribuintes portugueses. No entanto, a taxa real dos impostos varia conforme a situação pessoal de cada contribuinte.

Estatuto de residente não habitual

Contudo, quem não vive no país há mais de cinco anos pode requerer o estatuto de residente não habitual, desde que reúna os requisitos para tal. Este estatuto é um incentivo para atrair profissionais de determinadas áreas importantes para o país, mas está também aberto a reformados. Em princípio, quem usufrui deste estatuto tem direito a isenção fiscal, durante dez anos, sobre os rendimentos do estrangeiro.



Encontro com o sindicato Unia

O SECP recebeu também o sindicato Unia, representado por Vania Alleva, Presidente do sindicato, e Marília Mendes, secretária pela migração. Para as sindicalistas foi uma oportunidade de referir pessoalmente ao SECP alguns dos problemas que os trabalhadores portugueses na Suíça enfrentam. Entre outros, a demora, também várias vezes abordada nos diálogos com a comunidade, da Segurança Social portuguesa em tratar dos documentos PD U1 e PD U2, bem como E 411, documentos necessários para casos de desemprego ou para o requerimento do abono de família. A Adjunta da Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Elsa Castro, garantiu ao Unia que a Secretaria de Estado tem conhecimento e está empenhada em resolver este problema.

Trabalho temporário e estatutos de residência

As representantes do sindicato Unia referiram ainda a precariedade existente em casos de contratos de trabalho temporários. Focaram em especial trabalhadores que têm contratos de três meses e nem sempre recebem os salários na totalidade. Outra questão abordada teve a ver com estatutos de residência na Suíça. O SECP garantiu a sua abertura para dar apoio, nomeadamente em eventuais iniciativas de informação.

Unia presente nos diálogos com a comunidade

O sindicato Unia também esteve presente nos diálogos com a comunidade em Berna e em Zurique, onde interpeleu o SECP sobre os salários dos funcionários consulares e das condições de trabalho na Embaixada em Berna. Há falta de pessoal neste posto, razão pela qual os seus utilizadores se têm por vezes de sujeitar a longas esperas, gerando descontentamento a que os funcionários são alheios. O SECP garantiu que irão ser abertos novos postos para pessoal diplomático, mas também, o que é mais importante para o funcionamento dos serviços consulares, para pessoal consular.

Salários ainda demasiado baixos

Relativamente aos salários dos funcionários consulares, a resposta do SECP, referindo a entrada em vigor do mecanismo de compensação cambial, não foi satisfatória. Desde o início do ano que o mecanismo não é aplicado porque houve uma ligeira valorização do euro. No entanto, o Unia teve acesso a uma folha de salário do mês de Janeiro. O funcionário ganhou nesse mês CHF 3000. Quem vive na Suíça sabe que este é um salário de miséria. Isto significa que o mecanismo de compensação cambial não resolve o problema e que devem ser tomadas medidas mais eficazes para garantir salários dignos para estes funcionários do Estado português.



Esperamos continuação de abertura no futuro

De qualquer forma, achámos esta iniciativa do SECP muito louvável. Esperamos que a abertura se mantenha para a abordagem de problemas no futuro.

Marília Mendes